

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FFLCH – DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

PROJETO DE PESQUISA DE PÓS-DOCTORADO

**ESTUDO CRÍTICO DA RACIONALIDADE KANTIANA Á PARTIR DA
ANALÍTICA DO SUBLIME**

CANDIDATO: DR. VALTER JOSÉ MARIA FILHO

TUTOR: PROF. DR. FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA

RESUMO

A proposta do trabalho consiste em, identificando no pensamento kantiano uma concepção de razão tributária do legado clássico do paradigma matemático, encontrar, no próprio Kant, traços de uma outra racionalidade, encontrados a partir de uma interpretação da Analítica do Sublime como o limite da matematização – o Incondicionado como a integralidade da razão, como se sua essência fosse inacessível para si mesma.

A base é constituída á partir das leituras das três críticas kantianas, com ênfase na Crítica do Juízo, em particular na Analítica do Sublime, onde se tematizam as relações conflituosas entre razão e imaginação, no sentido de se impedir o acesso da segunda às idéias da razão. Mostrando, por um lado, a inferioridade da imaginação, enquanto faculdade pertencente aos sentidos, e por outro lado, a superioridade de um modelo de razão filosófica ancorada nas ciências, cuja estrutura formal (conhecimentos de razão pura) prescinde da sensibilidade.

A Analítica do Sublime tem como pressuposto a noção de reflexão, que segundo Gerard Lebrun (em Kant et la Fin de La Métaphysique), se torna agora o método da Filosofia. É , portanto, à partir da discussão em torno da reflexão da razão, que o trabalho pretende se encaminhar, tanto para elucidar as tensões internas do pensamento kantiano quanto para abrir um campo em que possa ser pensada a crise da “razão pós-metafísica”.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida de Kant é o modelo clássico de racionalidade. Com isso queremos dizer que as transformações decisivas por que passa em Kant a concepção de Razão (as características de limite e possibilidade como decisivas) não incidem drasticamente sobre o paradigma das operações racionais, notadamente do ponto de vista da sua validade teórica: a matemática continua sendo a instância básica de fundamentação e o grande modelo que permite à razão proceder com autonomia. Neste sentido o legado clássico permanece em Kant com a relevância que conquistou no passado.

Mas a relevância deste modelo na construção da doutrina da objetividade não nos impede de considerar, no avesso da positividade epistemológica da tarefa crítica, outra possibilidade, vinculada àquilo que Cassirer denomina, na sua Filosofia do Iluminismo, “asa forças do querer e do produzir”, um dinamismo presente no jogo das faculdades que autoriza conceder importância ao sentimento, desde que se leva em conta sua vinculação complexa à razão. Por vezes este aspecto passa despercebido devido ao predomínio da tendência a se considerar, de um lado, a separação entre as três críticas e, de outro, algo como uma hierarquia entre os juízos determinante e reflexionante. Pretendemos

desenvolver estes dois aspectos ao longo do trabalho, mas podemos adiantar desde já que a separação entre as críticas deve ser entendida no sentido de uma diferença radical, mais do que uma incompatibilidade completa. Assim o exige, pensamos, a própria idéia de sistema transcendental, que só se torna possível por via de um mesmo elemento que desempenha funções diversas em cada uma das críticas. Quanto à comparação que se pode fazer entre os juízos determinante e reflexionante, pensamos que a determinação objetiva do primeiro liga-se ao jogo de limite e possibilidade em torno do qual se constitui a Crítica da Razão Pura, ao passo que o segundo se refere às possibilidades indeterminadas das operações racionais, sem a consideração da delimitação como requisito de validade teórica. Sendo assim, fica claro que o juízo determinante opera nos limites da determinação objetiva, ao passo que o juízo reflexionante ocorre num espaço racional mais amplo - e indeterminado. Vistas as coisas desta maneira, salta à vista a relatividade do ponto de vista que considera o juízo determinante como hierarquicamente superior, pois sua importância epistemológica provém de sua limitação, ao passo que o juízo reflexionante ocorre numa dimensão mais ampla do pensamento.

Algo análogo se pode dizer, tomadas todas as cautelas, acerca da diferença entre razão e sentimento. Não se deve esquecer o óbvio: quando consideramos a diferença entre a faculdade de conhecer e a faculdade de desejar, permanecemos no terreno do transcendental, isto é, da forma, e assim ocorre também quando

passamos à terceira crítica, cuja primeira parte poderia ser definida como a explicitação transcendental do sentimento da forma. E já aqui podemos também entender um dos resultados do jogo das faculdades, aquele que se refere à derrota da imaginação diante da razão. Com efeito, sendo a imaginação (reprodutora) ligada à sensibilidade, ela não pode escapar às conseqüências do legado clássico, a limitação decorrente de sua associação ao sensível.

Entretanto, a ligação que se faria entre imaginação e sentimento por via da sensibilidade torna-se problemática neste caso, já que se afirma a possibilidade do sentimento da forma, isto é, a subjetivação estética, dotada da universalidade decorrente das condições transcendentais do juízo. Afinal, a Analítica do Sublime trata do sentido do sentimento diante da arquetônica da razão, isto é, diante do pensamento do Incondicionado. Assim, o “sentimento” do incondicionado dificilmente poderia ser atribuído à sensibilidade: ele é fruto da progressão racional das idéias – da remissão que a razão opera no encadeamento das causas/condições. Como se houvesse uma espécie de paradoxo da razão: ela se define essencialmente pelo pensamento do incondicionado, embora jamais possa vir a conhecê-lo. Esta impossibilidade objetiva do conceito se contrapõe à possibilidade subjetiva do sentimento; porém não nos esqueçamos de que, no contexto em que nos situamos, o sentimento é subjetivo, mas visa a forma e não as qualidades empíricas. A importância da terceira crítica está na sua tarefa de aproximar forma e sentimento. Essa relação permite então que o

sentimento seja considerado na perspectiva da razão, não na dimensão do conhecer, e sim na esfera do pensar. E assim deve ser porque não se trata, no caso, de sensibilidade e sim de idéias, já que só estas podem indicar o incondicionado, embora sem representá-lo de modo objetivo.

Pois na Analítica do Sublime acontece, ou é encenada, a luta entre a imaginação e razão, mostrando que só esta é capaz de tocar no Incondicionado, que só ela é a faculdade das idéias e tem a capacidade de dar conta da totalidade.

A natureza da imaginação impõe os seus limites: unidade distributiva das imagens, serialidade (uma imagem de cada vez) e a incapacidade de fornecer imagem da totalidade. Donde se conclui então que, sendo a totalidade idéia da razão, o Incondicionado seria “objeto” (object) da razão, pensado num modo que jamais poderia ser reproduzido no “modo” de pensar imaginativo.

Esta derrota da imaginação é o resultado natural, e está estabelecida muito antes do jogo começar. Ela está já está determinada antecipadamente, pois a imaginação é uma faculdade que tem sua origem na sensibilidade, portanto sem condições de vencer a razão.

Através da leitura da Analítica do Sublime (Sentimento do Sublime) vê-se que é no Incondicionado que a chamada “a mais alta faculdade humana” faz valer sua identidade e sua autoridade. É por isso que, em uma reflexão acerca da razão, não pode ser

deixado de lado o Incondicionado. É ele que faz com que a razão seja a razão, ainda que não possa conhecê-lo e, diríamos, talvez principalmente por isso. Pois, segundo o próprio Kant, ela caminha no limiar entre o cognoscível e o Incondicionado incognoscível, sendo ela mesma que traça esta fronteira, limite que inexoravelmente a coloca diante desse incognoscível. É a duplicidade do significado desse limite que nos impele a pensar a razão nessa relação lúdica e conflituosa com a imaginação. Que a razão se defina na sua integralidade por aquilo que ela não pode conhecer é algo que nos aproxima do caráter problemático da totalidade: não apenas uma idéia reguladora da experiência, mas uma dimensão tão essencial quanto inacessível. E é a leitura da Analítica do Sublime que nos revela essa duplicidade.

A Analítica do Sublime, em resumo, tem como objetivo limitar a sensibilidade tirando dela toda a pretensão de atingir o Incondicionado, pelo menos no âmbito do sistema das idéias da razão. Assim, é neste esforço de limitação que é assegurada a identidade da própria razão. O Incondicionado como sistema de idéias é agora um supra-sensível não teológico e não metafísico, portanto um supra-sensível racional sem nenhum resquício dos interesses dos sentidos, ou sem nenhuma representação dependente da imaginação.

O intuito da Analítica do Sublime é também reforçar a diferença essencial que existe entre imagem e idéia. A primeira é produção da imaginação, faculdade sensível, a segunda pertence

ao domínio da razão, domínio, que não apenas se encontra além da imaginação, mas que também se afirma contra ela. Isto tem conseqüências quanto ao modo de pensar o fazer estético, o gênio e as imagens poéticas. Imagens não podem se sobrepor a idéias, trata-se de uma rivalidade cujo desfecho já é desde sempre previsto, mesmo quando pensamos que a arte inclui imagens de idéias.

A diferença essencial entre as duas está na origem da idéia, que é o entendimento, já que o conceito que vem desta faculdade é absorvido pela razão que abstrai dele o sentido propriamente transcendental (ou o que se refere à experiência possível) para transformá-lo em idéia. Assim, pode-se encarar também a Analítica do Sublime como a batalha entre o conceito e a imagem. Batalha sem dúvida alguma vencida pelo primeiro, assinalando a vitória do entendimento que é indiscutivelmente a vitória da razão: faculdade dos princípios que dá unidade à totalidade das operações do entendimento.

Para se compreender exatamente a relação que existe entre razão e entendimento, é preciso analisar o princípio do juízo reflexionante: a totalidade, suas divisões internas e a finalidade subjetiva que preside a esta organização e que prescreve, por exemplo, que a natureza é dividida em gêneros e espécies em função do nosso juízo. Trata-se de um pressuposto subjetivo quando se julga a beleza; estamos no âmbito agora da Analítica do Belo.

Na leitura deste texto é possível perceber que este princípio, na medida em que é referido à noção de Belo , origina-se nas observações

kantianas em relação à Geometria, o que nos remete ao início destas considerações.

Kant comenta no parágrafo 62 da Crítica do Juízo (Analítica da Faculdade de Julgar Teleológica) que “as figuras geométricas traçadas de acordo com um princípio mostram uma finalidade objetiva de muita utilidade para a solução de muitos problemas(...)”. A menção das figuras geométricas neste contexto é significativa: a finalidade na CJ é transposta da geometria, seu lugar de origem. É claro que esta transposição não legitima teoricamente a finalidade subjetiva, mas ao menos mostra que há uma relação entre a organização objetiva da geometria e a organização subjetiva da CJ. O que denominamos “lugar de origem” deve ser ressaltado: “O grande sucesso que a razão obtém por intermédio da Matemática traz à baila, de modo bastante natural, as suposição de que o mesmo sucesso pode ser obtido fora do campo das quantidades, se não por ela mesma, ao menos por seu método (...)”, como diz o parágrafo acerca da disciplina da razão pura no seu uso dogmático (CRP. Metodologia Transcendental). Esta possibilidade de extensão do “método” matemático está diretamente ligado ao teor desta ciência, a primeira a afirmar-se pelos próprios critérios de evidência.

E no contexto da Analítica do Belo menciona-se também que “Tem-se o hábito de caracterizar como beleza as propriedades indicadas das figuras geométricas como também dos números (...)”. A decantada “elegância” das demonstrações e das deduções, proveniente da consistência lógica da matemática além da evidência imediata das soluções colocam a matemática no elevado patamar teórico graças ao

qual ela recebeu elogios no passado e continua a merecê-los de Kant. “A matemática fornece o exemplo mais brilhante de uma razão bem sucedida que se estende espontaneamente sem o auxílio da experiência.” Com efeito, a matemática não depende dos sentidos, ela é uma ciência a priori que opera no âmbito da intuição pura, e a isto deve seu êxito. Isto não indica à filosofia que o modo de operar com formas e possibilidades é garantia de certeza? Mas – Kant sempre insistiu nisto – a filosofia não é matemática: a metafísica também prescinde do sensível e nem por isso atinge a certeza objetiva em suas teses.

A integridade da razão filosófica exige o Incondicionado, que não pode ser atingido pela imaginação nem representado a partir da intuição sensível. A razão se colocará acima da imaginação porque pode pensar o Incondicionado que a imaginação não pode representar ao seu modo. Isso significa que a razão venceu o jogo? Sim, se supusermos que o pensamento sem imagens é uma representação conceitual. Não, se admitirmos que esta representação conceitual é vazia de conteúdo. Mas o que se deve levar em conta, e o que é importante para Kant, é que esta insuficiência da razão cognitiva de modo algum reabilita a imaginação “criadora”.

É oportuno lembrar que o Incondicionado aparece mais nitidamente no âmbito das Antinomias da Razão Pura, na primeira das antinomias do Sistema das Idéias Cosmológicas, pertinente à categoria de relação. De alguma maneira tratar-se-ia de resolver o “problema” das relações condição/condicionado por via da afirmação de uma condição incondicionada, origem e fundamento de todas as relações. A experiência

nos mostra relações; mas a razão de alguma forma exige que a cadeia de relações possua um princípio que a sustente. Esta exigência racional estaria implicada no caráter sistemático das relações na forma da primeira condição. E aí está exatamente o problema: como a primeira condição incondicionada não é dada na experiência, a razão pensa a forma desta condição, o que é coerente com a exigência lógica, mas não com a experiência possível. Assim por regressão, chegamos à totalidade da sequência e ao Incondicionado como fundamento da série. Observe-se o estilo matemático da operação presente no movimento do entendimento, incompleto, e no movimento da razão que fornece o princípio da totalidade e do Incondicionado – a completude.

A metafísica não opera matematicamente porque o conhecimento é de índole matemática. Os conceitos puros do entendimento são operadores de conhecimento e a exatidão formal garante a evidência; este é o sentido do a priori, que alguns estudiosos de Kant denominam, com pertinência, de ontologia formal. Se o mundo fosse feito apenas de possibilidades, o sistema de conceitos puros seria a totalidade do conhecimento. Do ponto de vista lógico, o conhecimento é uma combinatória; e, embora seja preciso contar com a intuição sensível como condição de realidade, não haveria conhecimento sem a precedência das condições formais e sua presença nas sínteses da representação. Em suma, a passagem da lógica formal à transcendental não altera essencialmente o paradigma geométrico. Embora no conhecimento não se possa abstrair o conteúdo, é a forma que define o alcance e a evidência.

O acerto de contas com a metafísica não significa o desaparecimento do Incondicionado. Como já vimos, a legitimidade racional do argumento da Tese da Primeira Antinomia repousa no estilo matemático da regressão e na exigência inerente à necessidade dedutiva do encadeamento. A razão trabalha dando princípio e unidade às operações do entendimento, mas também cria sua identidade através deste procedimento.

Essa matematicidade está presente na contenda entre razão e imaginação na Analítica do Sublime que é, também, uma querela entre conceito e imagem, entendimento e imaginação,

A contenda entre razão e imaginação na Analítica do Sublime é também , na verdade, entre conceito e imagem, mais propriamente falando, entre entendimento e imaginação; com vantagem para o primeiro, pelo fato de que o pensamento conceitual se encaminha segundo o paradigma geométrico e analogamente à operação matemática. É isto que faz a prática filosófica apresentar o mesmo rigor e universalidade das ciências , muito embora se situe numa dimensão crítica anterior à objetividade determinada de cada uma delas. Na Crítica da Razão Pura, Kant afirma que a todo conceito deve corresponder uma intuição e vice-versa. Em outras palavras, todo conceito discursivo deve possuir um objeto que lhe corresponda. Não seria inadequado dizer que algo análogo ocorre também na Crítica do Juízo com a finalidade da natureza (princípio da razão) quando compreendemos que há acordo entre o nosso juízo e as leis naturais. Este princípio subjetivo dará conta de explicar que este

acordo só é possível pelo fato de que as duas instâncias são essencialmente forma.

Bernard Rousset, no seu livro “ La Doctrine Kantienne de L’Objetivité “ observa que no sistema kantiano as representações puras como o espaço e o tempo, por exemplo, são formas. Assim como os esquemas, os tipos de juízos e os raciocínios , por exemplo, são as diversas maneiras pelas quais as formas funcionam.

Rousset salienta também que Kant “fez do conceito não um objeto exterior ao espírito, nem uma coisa interior, mas uma relação formal”. Relação formal entendida no sentido de que, na relação entre leis da natureza e o nosso juízo, por exemplo, os dois pólos dividem a mesma essência: os dois são formas. E são formas por envolverem leis, regras e conceitos.

Ora, a tarefa da Crítica do Juízo é estabelecer uma sensibilidade não sensível , ou uma sensibilidade desinteressada, ou uma sensibilidade dirigida à forma. Esta é a tarefa da “Estética “ kantiana.

Quando, por exemplo, o sujeito contempla um violoncelo, para Kant, ele não deve se ater à matéria (a madeira), mas ao traçado; ao desenho do objeto. Mas o sujeito não deve também usar a imaginação para associar a forma desse inocente violoncelo (com as medidas significativas de 90, 60 e 90 cm respectivamente) com conteúdos materiais impuros, que levam aos impuros prazeres do sentidos. Ora, a imaginação reprodutora (faculdade que pertence à sensibilidade , portanto ligada aos interesses dos sentidos) é a responsável por esse tipo de confusão, por causar , entre outras coisas, o conflito entre faculdades de

conhecimento, o conflito da razão consigo mesma (as célebres antinomias da primeira Crítica), e por criar imagens que “rivalizam” com as idéias da razão.

Na Analítica do Belo a beleza se refere à forma do objeto, sendo um sentimento em relação à essa mesma forma, e também um produto do livre jogo do entendimento com a imaginação. Já a Analítica do Sublime se refere ao objeto enquanto esse (de modo imaginário) se apresenta como disforme testemunhando a derrota da imaginação, ou a vitória moral da razão como a única que tem acesso às idéias ou ao Incondicionado.

O Belo e o Sublime são o resultado da tarefa kantiana de estabelecer um tipo de subjetividade não psicológica, uma subjetividade que acolhe a forma, essa forma derivada da Matemática e Geometria. Essa forma que se identifica com a razão, Forma (que em geral comporta conceitos, leis, máximas, juízos) que tem um lado moral (por não atender aos interesses dos sentidos ou às injunções empíricas) e outro teórico por atender às exigências lógicas e científicas. Forma, enfim, que une o prático e o teórico na mesma subjetividade. Entretanto, essa união tem como base e origem a Matemática (a Geometria), que acaba se tornando a própria razão. É este perfil que pretendo analisar criticamente.

OBJETIVOS

O que precede talvez não seja suficiente para afirmar uma estrita subordinação da racionalidade filosófica ao estilo matemático, mas seguramente há elementos para dizer que o caráter formal da certeza matemática atua como inspiração e modelo da doutrina kantiana da objetividade. Não bastaria, neste sentido, afirmar que a matemática e a física, duas ciências exatas, desempenham em Kant o papel histórico de fornecer o fato da ciência, que o filósofo deve justificar de direito. Haveria, além disto, homologia estrutural entre a racionalidade matemática e física, de um lado, e o perfil cognitivo da razão, por outro. Sendo assim, do ponto de vista que interessa a este estudo, a leitura da Analítica do Sublime, articulada com as duas primeiras críticas, estabelece, pode-se dizer, o limite da matematização no ponto em que a objetividade se torna impossível. Na terceira crítica assistimos à afirmação da reflexão na medida em que a determinação encontra os limites de sua efetividade.

O resultado desta situação é a noção de forma que, em resumo, engloba os procedimentos matematizantes. Ora, na medida em que a Matemática - a Geometria - opera sem a interferência dos sentidos, ela está livre das confusões, dicotomias e outras conseqüências do uso dialético que atacam a Metafísica. Fica assim estabelecida a virtude filosófica por excelência. A filosofia é crítica da ciência exata; mas, de alguma forma, deve guiar-se na sua conduta pelas formas de conhecimento que examina e justifica, já que elas realizam, no plano teórico, o dever-ser do conhecimento em geral.

Entretanto, malgrado o peso epistemológico dos resultados kantianos, entendemos que seria possível encontrar no próprio Kant, no domínio da reflexão, traços de uma racionalidade que escaparia às injunções desta situação singular, em que a filosofia, tornada exame crítico da razão, parece subordinar-se àquilo que seria seu objeto de exame.

Entendemos que seria relevante, estendendo as considerações que fizemos até aqui, elucidar de modo mais completo esta possível inversão, uma vez que a compreensão do sentido kantiano de razão nos forneceria a chave para entender os resultados críticos, naquilo que têm de positivo e de negativo. É este o objetivo do trabalho. E a questão central desta investigação se constitui através da elucidação do sentido profundo da reflexão e de sua relação com o *bloss denken*. Para isso a Crítica do Juízo deve ser colocada no centro do pensamento kantiano, pois desta obra se irradiará a interpretação que nos levará, como foi dito no início, ao avesso do kantismo mais convencionalmente adotado.

JUSTIFICATIVA

Acreditamos que o trabalho se justifica no plano interno em que se moverá nossa proposta de interpretação do sentido da concepção kantiana de razão. Mas julgamos ainda que o estudo a ser desenvolvido pode nos ajudar a compreender, do ponto de vista da gênese e alcance, alguns aspectos da situação atual da filosofia.

Lembremos em primeiro lugar a reflexão acerca das condições lógico-gramaticais do conhecimento, que se estende, motivada pelo procedimento kantiano de analogia formal entre razão pura e razão pura prática, à possibilidade de uma moral fundada nas estruturas da ação, compreendidas por via de um compromisso com as estruturas linguísticas e/ou as da razão argumentativa. O que poderia haver de escândalo dogmático nessa pretensão já teria sido notado por Nietzsche no aforismo 5 do Crepúsculo do Ídolos : “ A razão na linguagem: Oh, que velha enganadora, personagem feminina ! Temo que não nos desvencilharemos de Deus , porque ainda acreditamos na gramática.”

Passar da crença na gramática à filosofia da linguagem seria talvez uma atitude apressada e injusta, quando não preconceituosa em relação ao leque de preocupações atuais que se desenha na formulação de questões que hoje são tidas como importantes, relevantes e decisivas – ou mesmo como as únicas dotadas de validade teórica.

Ora, se interpretarmos o pensamento atual como herança kantiana (o que pretendemos fazer no final do trabalho, valendo-nos, evidentemente, das mediações adequadas) poderemos notar que se

trata de um gênero de pensamento que utiliza, na sua estrutura técnica, a linguagem como princípio, de modo análogo à finalidade como princípio do juízo reflexionante, e donde deriva um sistema de leis e regras, cuja unidade reflete a própria razão na forma linguística assumida na contemporaneidade. Daí a desenvoltura com que se trata o poder estruturante da linguagem: nada mais plausível se se trata do poder da própria razão. Com isso se pode vislumbrar em sua gênese a ordem da linguagem como sendo a ordem, doravante “possível”, da razão. Linhas traçadas a priori para o pensamento e sua expressão, delineadoras da racionalidade em todos os aspectos, teóricos e práticos. Princípio com pretensão absoluta, que a aparente modéstia mal disfarça, como para dar razão a Nietzsche: temo que não nos desvencilhamos de Deus, pois ainda acreditamos na gramática. Se acompanharmos Nietzsche, não poderemos ver o caráter teológico de toda forma racional, herança da confluência kantiana entre teologia e teleologia?

Com isso podemos ainda por em questão o caráter crítico e emancipatório da auto-reflexão, pois as formas de racionalidade a que essa reflexão deve necessariamente obedecer comprometeriam esse projeto de autonomia. É como se a razão pretendesse alçar-se acima de si mesma, pois ela é a forma reflexiva, e tal forma espelha a sua identidade, a partir do modelo matemático inspirador de Kant.

Ora, a chamada “crise da razão pós-metafísica” relaciona-se com a expansão de uma forma técnica de racionalidade liberada tanto dos pressupostos metafísicos quanto dos fundamentos transcendentais, única que poderia estar à altura de uma razão tecnológica que se identifique

com o “pensamento” e seus produtos em escala planetária. O esforço de pensar essa crise deve ter seu de partida na reelaboração kantiana da Razão e de seus modos de proceder.

SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Kant, Immanuel - Kritik der Urteilkraft (Werkausgabe Band X)
Ed. Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft 1990

Kant, Immanuel – Kritik der reinen Vernunft . Ed. Philipp Reclam 1966

Kant, Immanuel – Introdução à Crítica do Juízo (1785) . (Coleção Os Pensadores – Textos selecionados) Ed, Abril Cultural 1980

Lebrun, Gérard – Kant et la fin de la Métaphysique. Ed. Armand Colin 1970

Meyer, Michel - Science et métaphysique chez Kant. Ed. Presses Universitaires 1980

Friedman, Michael – Kant and the Exact Sciences. Ed. Harvard University Press 1992

Coleman , Francis X. J. – The Harmony of Reason : A Study in Kant's Aesthetics. Ed. University of Pittsburgh Press 1974

Crowther, Paul – The Kantian Sublime: From morality to art Ed. Clarendon Press 1989

Rousset, Bernard – La Doctrine Kantienne de L' objectivité. Ed. Librairie Philosophique J.Vrin 1967

Souriau, Michel - Le Jugement Réfléchissant dans la Philosophie Critique de Kant. Ed. Félix Alcan 1926

Nivelle, Armand – Kunst- und Dichtungstheorien zwischen Aufklärung und Und Klassik. Ed. Walter de Gruyter 1967

Rogerson, Kenneth F. – Kant's Aesthetics: The roles of form and Expression. Ed. University Press of America 1986

MacFarland, John D. – Kant's Concept of Teleology. Ed. University of Edinburg Press 1970

Uehling, Theodore E., Jr. – The Notion of Form in Kant's Critique of Aesthetic Judgement . Ed. The Hague: Mouton, 1971

Heidegger, Martin – Gelassenheit. Ed. Günther Neske Pfullingem 1950

Nietzsche, F. – Unzeitgemässe Betrachtungen. Ed. Carl Hanser Verlag München 1994.

Skirbekk, Gunnar – Rationality and Modernity: Essays in Philosophical Pragmatics. Ed. Scandinavian Press 1994

CRONOGRAMA DE TRABALHO

O trabalho se dividirá em quatro partes, que poderão constituir capítulos de um livro ou ensaios articulados, a partir dos seguintes temas:

1. Razão e matematicidade: a questão da forma.
2. Determinação e reflexão: a posição da Crítica do Juízo.
3. A Analítica do Sublime e os limites da racionalidade objetiva.
4. A herança kantiana na sua reelaboração contemporânea.

Primeiro quadrimestre.

a) Reuniões quinzenais com o supervisor. Tema predominante: A importância da noção de forma no sistema kantiano.

b) Leituras programadas: S.Langer Sentimento e Forma Ed. Perspectiva 1980

F.Nietzsche A Gaia Ciência Ed. Abril Cultural 1978

Segundo quadrimestre

a) Reuniões quinzenais com o supervisor . Tema predominante: Kant e as ciências; Kant e a moral. Diferenças e conjunções.

b) Leituras programadas: Kant, Immanuel –Kritik der praktischen Vernunft (em particular: Von der Typik der reinen praktischen Urteilskraft) Ed.Insel Verlag Wiesbaden 1956

Kant, Immanuel Kritik der reinen Vernunft (em particular o capítulo I da Transzendente Methodenlehre em sua primeira seção: Die Disziplin der reinen Vernunft im dogmatischen Gebrauche . E em sua segunda seção: Die Disziplin der reinen Vernunft in Ansehung ihres polemischen Gebrauchen. Ed. Reclam 1966

Kant, Immanuel Kritik der Urteilskraft (em particular: Zweiter Teil : Kritik der teleologischen Urteilskraft e o parágrafo 61 Von der objektiven Zweckmäßigkeit der Natur) Ed. Suhrkamp 1974

Terceiro quadrimestre:

- a) Reuniões quinzenais com o supervisor. Tema predominante:
Importância da Geometria na epistemologia kantiana. Perspectiva crítica.
- b) Leituras programadas. Bérghson, Henri Essai sur les données immédiates de la conscience Ed. Éditions Albert Skira 1978 (em particular: chapitre II: De la multiplicité des états de conscience l'idée de durée.)
- Barthélemy – Madaule, Madalaine - Bergson Ed. Éditions Du Seuil 1980 (em particular o capítulo Une philosophie de la durée)
- Nietzsche, F Das Philosophenbuch- Le Livre du Philosophe (Bilingue) Ed. Aubier Flammarion 1969

Quarto quadrimestre.

Reuniões quinzenais com o orientador. Tema predominante: A Analítica do Sublime e os limites da racionalidade objetiva.

- Leituras programadas: Nietzsche, F, Götzen-Dämmerung (In: Nietzsche . Sämtlichen Werke ,Ed. G.Colli e M.Montinari , Kritische Studienausgabe (KSA) . München , de Gruyter , vol.6 1980
- Bouveresse, Jacques - Wittgenstein : La rime et la raison science, éthique et la raison (em particular Cap.I : mysticisme et logique) Ed. Les editions de minuit
- Wittgenstein, Ludwig – Philosophische Untersuchungen (in: Werkausgabe Band1) Ed. Suhrkamp 1989

Quinto quadrimestre.

- a) Reuniões quinzenais com o supervisor. Tema predominante:
matemática e metafísica: possibilidades e limites da razão.
- b) Leituras Programadas:
- Meyer, Michel . Science et Métaphysique chez Kant Ed. Presses Universitaire de France 1988

Lebrun, Gerard – Kant et la fin de la métaphysique 1970

Ed. Librairie Armand Colin 1970

Haar, Michel – Nietzsche et la métaphysique Ed. Gallimard 1996

Sexto quadrimestre

a) Reuniões quinzenais com o supervisor Tema predominante: O fato da razão.

b) Leituras programadas: Heidegger, Martin Die Frage Nach dem Ding Ed. Verlag Günther Neske Pfullingen 1960.

Heidegger, Martin- Gelassenheit

Ed. Verlag Günther Neske Pfullingen 1959

Heidegger, Martin -. Was heisst denken?

Ed. Max Niemeyer Verlag Tübingen, 1988.

Schelling, F.W.J - Philosophische Untersuchungen über das Wesen der menschlichen Freiheit

Ed. Felix Meiner Verlag 1980

OBS. Ao longo das etapas acima descritas serão elaborados textos a serem revisados e articulados no trabalho final.